



**ESTADO DA PARAIBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ**

Rua Nominando Firmo, 56 – Centro – Telefone: (83) 302-1004 – CNPJ: 09.073.271/0001-41  
CEP: 58530-000 – Camalaú – Paraíba

**LEI N.º 282 /2004, de 28 de agosto de 2004.**

**DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DO  
PREFEITO, VICE-PREFEITO, VEREADORES E  
SECRETÁRIOS DO MUNICÍPIO DE CAMALAÚ-PB E  
DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAMALAÚ,** Estado da Paraíba, no uso legal de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

**ARTIGO 1º** - O Subsídio mensal do Prefeito do Município de Camalaú, Estado da Paraíba, fica fixado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

**ARTIGO 2º** - fica fixado em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), o subsídio mensal do Vice-Prefeito do Município de Camalaú, Estado da Paraíba.

**ARTIGO 3º** - O subsídio mensal de cada Vereador, com assento à Câmara Municipal de Camalaú, Estado da Paraíba, fica fixado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), não podendo, em qualquer hipótese, a despesa com os subsídios dos Vereadores, ultrapassar a 20% (vinte por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados com assento à Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, 5% (cinco por cento) da receita do Município, e nem exceder o limite imposto pelo § 1º do artigo 29-A, da Constituição Federal.

**ARTIGO 4º** - O Subsídio do Secretário do Município de Camalaú, Estado da Paraíba, fica fixado em R\$ 700,00 (setecentos reais).

**ARTIGO 5º** - Os subsídios de que trata os artigos 1º, 2º, 3º e 4º, serão reajustados sempre que houver majoração dos vencimentos dos servidores públicos municipais, na mesma data e sem distinção de índices.

**ARTIGO 5º** - Os subsídios de que trata os artigos 1º, 2º, 3º e 4º, serão reajustados sempre que houver majoração dos vencimentos dos servidores públicos municipais, na mesma data e sem distinção de índices

**ARTIGO 6º** - Ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Camalaú – PB, será pago, mensalmente, uma verba de representação, a título de ressarcimento, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do subsídio mensal.

§ 1º - O valor do subsídio mensal do Vereador será dividido por tantas quantas reuniões ordinárias da Câmara, forem realizadas no mês e será pago a cada Vereador em razão de seu comparecimento, tomando parte nas votações.

§ 2º - Não será prejudicado o pagamento em virtude de falta de matéria a ser votada, a não realização da reunião por falta de quorum, relativamente aos Vereadores

presentes, o recesso parlamentar, a licença para tratamento de saúde ou licença gestante e o não comparecimento em razão do desempenho de missão de interesse da Câmara, por designação do Presidente, ou do Município, por designação do Chefe do Poder Executivo e ainda o exercício do cargo de Secretário Municipal, quando houver opção pelo subsídio de Vereador.

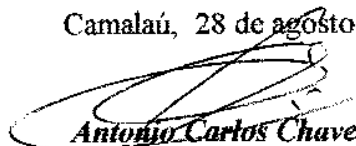
**ARTIGO 7º** - Na sessão extraordinária, convocada pelo Prefeito, estando a Câmara em recesso, somente será deliberada matérias objeto da convocação, vedado o pagamento de parcelas indenizatórias em valor superior ao subsídio mensal.

**ARTIGO 8º** - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementada na forma do disposto no artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**ARTIGO 9º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos financeiros no dia 1º de janeiro de 2005.

**ARTIGO 10** - Revogam-se as disposições em contrário.

Camalaú, 28 de agosto de 2004.

  
*Antonio Carlos Chaves Ventura*  
*Prefeito Constitucional*